



### ATA Nº 003/2023

Aos 22 (vinte e dois) dias do mês de março de 2023, no Auditório Brasil do Centro Administrativo de Encantado/RS, realizou-se Assembleia Geral Extraordinária conjunta da Associação dos Municípios do Vale do Taquari (Amvat) e da Associação dos Municípios do Alto Taquari (Amat). Compuseram a mesa oficial dos trabalhos o prefeito de Encantado, Jonas Calvi; o presidente da Amvat e prefeito de Estrela, Elmar Schneider; o presidente da Amat e prefeito de Vespasiano Corrêa, Tiago Michelin; a secretária estadual da Saúde, Arita Bergmann; o presidente do Consórcio Intermunicipal de Serviços do Vale do Taquari (Consisa) e prefeito de Itapuca, Marcos Scorsatto, e a coordenadora da 16ª Coordenadoria Regional de Saúde, Rafaela Fagundes. Participaram prefeitos, vice-prefeitos, secretários da Saúde e técnicos das prefeituras e da Secretaria Estadual da Saúde, bem como diretor da Rede de Saúde Divina Providência, José Clóvis Soares, e pelo gerente administrativo Regional da Rede de Saúde Divina Providência, Johnnie Locatelli. Em pauta, a possibilidade de credenciamento do Hospital Estrela para referência em média e alta complexidade em traumatologia e ortopedia na região. Os municípios presentes, conforme lista de presenças em anexo à presente ata, foram: Estrela, Encantado, Vespasiano Corrêa, Itapuca, Relvado, Dois Lajeados, Roca Sales, Doutor Ricardo, Ilópolis, Putinga, Canudos do Vale, Sério, Coqueiro Baixo, Progresso, Boqueirão do Leão, Capitão, Pouso Novo, Marques de Souza, Nova Bréscia, Colinas, Cruzeiro do Sul, Forquetinha, São José do Herval, Imigrante, Fazenda Vilanova, Arroio do Meio, Anta Gorda, Bom Retiro do Sul, Teutônia, Paverama, Santa Clara do Sul, Ilópolis, Muçum, Lajeado e Taquari. Abertos os trabalhos, houve saudação inicial pelo prefeito de Encantado e manifestação dos presidentes da Amvat, Elmar Schneider, e da Amat, Tiago Michelin, que destacaram a importância do encontro e da união das duas associações em prol da região, como é a melhoria no atendimento em saúde à população. Em seguida houve manifestação da secretária estadual da Saúde, Arita Bergmann, que citou incentivos ao Governo do Estado aos hospitais e que a proposta que foi construída e será apresentada aos prefeitos e secretários é do conhecimento do prefeito de Canoas, cujo hospital, sob gestão do município, é hoje a referência para as regiões Saúde 29 e 30 em traumatologia e ortopedia. “O que nos une aqui é para ver se a proposta é viável ou não. A participação dos municípios é de sua autonomia”, ressaltou a secretária. Na continuidade ela convidou Lieli Dapieve Ceolin, Departamento de Gestão da Atenção Especializada (DGAE), para apresentar a proposta construída pela Secretaria. O Hospital Estrela, da rede Divina Providência, passaria a ser referência em alta e média complexidade na especialidade de traumatologia e ortopedia, para o qual seriam destinados R\$ 160 mil mês para a prestação dos serviços. Hoje, segundo ela, a referência é o Hospital de Canoas, que tem uma média de 9 atendimentos/mês, o que passaria para 16 atendimentos no Hospital Estrela. Casos de urgência, tanto de alta quanto de média,



continuariam no Hospital Universitário de Canos. Em seguida houve a apresentação da proposta pelos diretores do Hospital Estrela, José Clóvis Soares e Johnnie Locatelli. Seriam realizadas, mensalmente, 16 cirurgias de alta complexidade, 42 de média e 704 consultas em traumatologia. Do custo total previsto, de R\$ 622,3 mil, os municípios participariam com R\$ 240,2 mil, divididos de acordo com sua população. Do total das despesas para a prestação dos serviços, estimado em R\$ 622,3 mil, haveria incentivos estadual e federal, mais recursos MAC, o que soma R\$ 382,1 mil. O restante seria complementado pelos municípios da 16ª Coordenadoria Regional de Saúde, por habitante. Foram apresentadas três propostas aos municípios, com valor fixo per capita de R\$ 0,66 por habitante; valor fixo per capita de R\$ 0,55 por habitante mais uma complementação por AC 50% (R\$ 42,8 mil) e valor fixo per capita de R\$ 0,43 mais uma complementação por AC 100% (R\$ 85,6 mil), o que totalizaria uma contrapartida das prefeituras, nas três situações, de R\$ 240,2 mil. Soares ressaltou que em Arroio do Meio, quando foi organizado, era eletivo, e que depois do “Assistir” melhorou o recurso. Segundo ele, em casos urgentes é necessário fazer cirurgia em 7, no máximo 15 dias. “Entendemos que a traumato tem que ir para Estrela porque vai atender e encaminhar, e não devolver para o município de origem. O paciente não pode esperar, a não ser no caso de eletivas. Nós queremos o melhor”, enfatizou. Segundo ele, foi feita uma projeção de custos a partir do que o Estado apresentou, mas que os recursos MAC não são suficientes, tendo que haver a participação das prefeituras. Feita a explanação, abriu-se espaço para manifestações dos presentes. Marino Dewes, de Nova Bréscia, Ele acredita que as dificuldades vão continuar, citando que todos os custos estão sendo arcados pelos municípios. Pediu que o Divina Providência apresente como está pactuada a média complexidade hoje. O secretário da Saúde de Bom Retiro do Sul observou que a preocupação é com a urgência de média complexidade e para onde encaminhar estes pacientes. Representante da SES esclareceu que o Hospital Estrela fará as cirurgias eletivas e que a CIB 50 teve seu texto alterado, sendo incluída a palavra “média”, ou seja, o hospital de Canos não pode mais negar o acesso. Estrela, segundo a SES, será a porta de entrada no 1º tempo, terá que prestar o primeiro atendimento, e também o 2º tempo, pois terá que ter plantão presencial. O prefeito de Capitão, Jari Hunhoff, disse que ficam dúvidas e que é pouco 16 cirurgias eletivas ao mês. Questionou quando passar este número. Conforme Hunhoff, é um projeto grande, mas precisa ter resolutividade. “Não adianta trazer o serviço para cá e não funcionar”. O mesmo questionamento foi feito pela secretária da Saúde de São José do Herval, que também questionou como serão distribuídas as cirurgias e consultas de alta complexidade. O secretário da Saúde de Lajeado, Claudio Klein, comentou que a região sempre teve alta complexidade e nunca foi complementado. No seu entender, se houver complementação neste caso, outros hospitais poderão pedir complementação no caso de neurologia de alta complexidade, por exemplo. O prefeito de Vespasiano Corrêa e presidente da AMAT, Tiago Michelin,



comentou que muitos municípios têm convênio com outros hospitais para resolver os problemas. Que é preciso ver a viabilidade de este novo convênio somar ou não. Para ele, é preciso mais tempo para consultar os municípios, suas assessorias jurídicas. “Estamos aqui, de forma coletiva, para chegar a um melhor entendimento”, frisou. Já o prefeito de Taquari, André Brito, defendeu o reajuste da tabela do SUS. Disse que a proposta interessa, e que deve ser definido se aceitam ou não o valor proposto. O prefeito de Putinga, Paulo Lima, observou que é preciso saber qual é a demanda reprimida, para que se tenha uma ideia de quanto tempo será necessário para resolver a situação dos casos de média complexidade. O prefeito de Santa Clara do Sul, Paulo Kohlrauch, afirmou que a proposta não está madura para ser votada neste momento. Para ele, um bom diagnóstico é fundamental, pois os prefeitos não têm ideia de como está o quadro. Mais 30 dias, conforme ele, não farão diferença. Dúvidas como qual a demanda reprimida, o que é “porta aberta” e primeiro e segundo atendimento devem ser esclarecidas, disse o prefeito. Ainda se manifestaram a presidente da Associação dos Vereadores do Vale do Taquari (AVAT) e o secretário de Saúde de Boqueirão do Leão, para o qual não se discute que vai haver evolução, porque em Canos não tem condições. A secretária Arita Bergmann admitiu que há necessidade de aprofundar o assunto e sugeriu que a equipe da 16ª CRS liste os procedimentos de alta e média complexidade. Sobre a demanda reprimida, comentou que há um cadastro com 241 pacientes de alta e 415 de média complexidade, sendo necessário fazer uma lista por município, com a classificação de risco. Segundo ela, as duas associações devem se reunir com o Hospital de Canoas para tratar das negativas de urgência e emergência, pois o hospital tem que ter as portas abertas. A Amvat vai reunir seus prefeitos e secretários para sanar todas as dúvidas e decidir sobre os encaminhamentos a serem dados. Já foi agendada, para o dia 25 de abril, uma reunião de uma comissão regional, na Secretaria Estadual da Saúde, para fechar a proposta. Desta forma, não havendo mais deliberações a serem tomadas, os presidentes das duas associações encerraram a reunião. E, para constar, foi lavrada a presente ata, que vai devidamente assinada.

**Prefeito Elmar André Schneider**  
**Presidente da AMVAT**

**Prefeito Tiago Michelin**  
**Presidente da AMAT**